

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À LEITURA E À LEITURA LITERÁRIA NO BRASIL

Angélica Sheila Moreira

Mestre em Educação. Universidade Federal de Lavras,
Lavras, Minas Gerais, Brasil.
<https://orcid.org/0009-0003-4923-4887>

Mauriceia Silva de Paula Vieira

Doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade
Federal de Minas Gerais. Universidade Federal de
Lavras, Lavras, Minas Gerais, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0003-0386-2987>

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento histórico das políticas públicas de leitura no Brasil, com ênfase nas relações entre Estado, educação e ensino da leitura literária, desde o período colonial até o contexto contemporâneo. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada na análise de produções acadêmicas, legislações, decretos, programas governamentais e documentos institucionais vinculados às políticas do livro, da leitura e das bibliotecas escolares. A análise evidencia que, historicamente, o acesso à leitura esteve marcado por desigualdades sociais, censura e descontinuidade das políticas públicas, refletindo tensões entre a promoção cultural e o controle estatal. Observa-se que, embora programas de incentivo tenham ampliado o acesso ao livro e à leitura, a formação de leitores literários ainda enfrenta desafios estruturais, especialmente no que se refere à valorização da literatura, à formação de mediadores de leitura e à continuidade das políticas públicas. Conclui-se que a democratização do acesso ao livro, embora necessária, não é suficiente para garantir a formação de leitores críticos, sendo imprescindível a articulação entre políticas públicas consistentes, práticas pedagógicas significativas e valorização da leitura literária no contexto escolar.

Palavras-chave: Bibliotecas escolares. Ensino de literatura. Formação de leitores. Leitura literária. Políticas públicas de leitura.

PUBLIC POLICIES IN PROMOTING READING AND LITERARY READING IN BRAZIL

ABSTRACT

This article aims to analyze the historical development of public reading policies in Brazil, with an emphasis on the relationships between the State, education, and the teaching of literary reading, from the colonial period to the contemporary context. It is a qualitative research study, of a bibliographic and documentary nature, based on the analysis of academic productions, legislation, decrees, government programs, and institutional documents related to book, reading, and school library policies. The analysis shows that, historically, access to reading has been marked by social inequalities, censorship, and discontinuity of public policies, reflecting tensions between cultural promotion and state control. It is observed that, although incentive programs have broadened access to books and reading, the formation of literary readers still faces structural challenges, especially regarding the appreciation of literature, the training of reading mediators, and the continuity of public policies. It is concluded that the democratization of access to books, while necessary, is not sufficient to guarantee the formation of critical readers. It is essential to articulate consistent public policies, meaningful pedagogical practices, and the promotion of literary reading in the school context.

Keywords: School libraries. Literature teaching. Reader development. Literary reading. Public reading policies.

1 INTRODUÇÃO

É relevante e importante discutir as políticas públicas implementadas no Brasil para a promoção da leitura. A leitura desempenha um papel fundamental no desenvolvimento educacional e social dos indivíduos. Ler é um ato que estimula a mente, desenvolve habilidades de pensamento crítico, compreensão e análise. Ao ler diferentes gêneros textuais, como os literários, os indivíduos desenvolvem uma visão mais ampla do mundo e podem tornar-se cidadãos críticos e conscientes de sua realidade social, política e cultural.

Conforme Zoara (2016, p.146):

O que define uma política pública de livro e leitura, aqui ou em qualquer hemisfério do planeta, é a importância objetiva e o valor simbólico que o Estado atribuir a este maravilhoso instrumento humano que é a sua capacidade de criar narrativas, traduzi-las em palavras escritas, que serão lidas por outros seres humanos, que as recriarão de acordo com seu juízo e sua sensibilidade. O resultado desse processo complexo, que envolve inúmeras variáveis além das palavras, é uma apreensão do real e do imaginário que nos possibilita compreender o que somos e o que os outros são (Zoara, 2016, p.146).

Assim, as políticas públicas que promovem o incentivo à leitura são de suma importância para a redução das desigualdades sociais, proporcionando oportunidades e desenvolvimento aos cidadãos. Dessa forma, o investimento em ações de promoção da leitura fortalece a cidadania e favorece a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

Zilberman (2018) complementa que as políticas de leitura não deixam de valorizar a leitura como ideia, mas que o sucesso dessa valorização depende de seu reconhecimento como um "negócio" dentro da sociedade capitalista, destacando a dupla face da leitura na sociedade moderna. Não ler é ficar fora desse mundo, o que talvez signifique ficar de fora do mundo, a leitura e o ato de consumir conhecimento se tornam, de fato, um "negócio" vital no sistema capitalista, mas também um meio de inclusão e, paradoxalmente, de exclusão, dependendo de como está inserido e como proporciona a igualdade de conhecimento.

É importante destacar o panorama histórico da leitura literária, cujo objetivo é contextualizar como a literatura, ao longo do tempo, consolidou-se tanto como prática

formativa quanto como elemento constitutivo da identidade cultural brasileira. Conforme apontam Portolomeos e Nepomuceno (2022), o ensino da leitura literária no Brasil tem suas origens vinculadas às práticas jesuíticas durante o período colonial, quando a literatura era utilizada principalmente como instrumento pedagógico.

Os livros, especialmente os literários, reúnem histórias, ideias, informações e pensamentos que transcendem o tempo e o espaço, permitindo aos leitores o acesso a um mundo vasto e diversificado de conhecimentos, experiências e sensibilidades. A leitura literária nesse contexto ocupa um lugar central por possibilitar não apenas a aquisição de saberes, mas também o desenvolvimento do imaginário, da subjetividade, do ganho socioemocional e do pensamento crítico. Assim, este artigo tem como objetivo explicar o contexto histórico das políticas públicas de leitura e de leitura literária no Brasil, apresentando as principais políticas e programas recentes de incentivo a essas práticas, que está dividido em duas partes, a primeira denominada: Contexto das Políticas Públicas de Leitura no Brasil (Período Colonial e Império – 2024), traz uma linha do tempo sobre os principais programas de incentivo a leitura, desde o Período Colonial e Império até o início do PNLD em 2017, e a segunda intitulada: “Breve contexto histórico do ensino literário no Brasil”, destaca-se a importância da leitura literária na formação do leitor e como as políticas públicas voltadas ao ensino da literatura vêm sendo direcionadas no Brasil.

2 METODOLOGIA

Este artigo é resultado de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com enfoque histórico-analítico. O estudo tem como objetivo compreender a constituição e o desenvolvimento das políticas públicas de leitura no Brasil, bem como suas interfaces com o ensino da literatura, desde o período colonial até o contexto contemporâneo.

A pesquisa bibliográfica fundamentou-se na análise de produções acadêmicas consolidadas no campo da Educação, da Biblioteconomia e dos Estudos Literários, incluindo livros, artigos científicos, dissertações e teses que abordam a história das políticas públicas de leitura, a formação de leitores, o ensino de literatura e o papel das bibliotecas escolares no Brasil. Autores como Suaiden (2000), Ribascik (2022), Bragança

(2009), Cabral (2008), Ruggeri (2024), entre outros, constituem o referencial teórico que sustenta as análises desenvolvidas.

Paralelamente, realizou-se uma pesquisa documental, a partir da análise de legislações, decretos, portarias, programas e documentos oficiais produzidos por órgãos governamentais, tais como o Ministério da Educação (MEC), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a Fundação Biblioteca Nacional e demais instâncias responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas de leitura no país. Destacam-se, nesse conjunto, documentos referentes ao Instituto Nacional do Livro (INL), ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), ao Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), ao Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), à Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) e ao Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE).

O tratamento dos dados ocorreu por meio de leitura crítica e análise histórico-contextual dos documentos e obras selecionadas, buscando identificar permanências, rupturas, avanços e contradições nas políticas públicas de leitura ao longo do tempo. A análise priorizou a compreensão das relações entre Estado, educação, cultura e literatura, bem como os impactos dessas políticas na formação de leitores e no ensino da leitura literária nas escolas brasileiras.

Dessa forma, o percurso metodológico adotado permitiu uma compreensão ampla e crítica do objeto de estudo, evidenciando que as políticas públicas de leitura, embora fundamentais para a democratização do acesso ao livro e à cultura escrita, apresentam limites estruturais e históricos que ainda desafiam a consolidação de uma política efetiva de formação de leitores no Brasil.

3 CONTEXTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA NO BRASIL (PERÍODO COLONIAL E IMPÉRIO - 2024)

As políticas públicas de leitura no Brasil vêm proporcionando acesso à educação e à cultura ao longo do tempo. No período Colonial (1500-1822) e Impérial (1822-1889), o acesso era restrito, a leitura era privilégio das elites e o acesso a livros e à leitura eram limitados. Segundo Suaiden (2000, p. 52):

Historicamente o acesso à informação no Brasil sempre foi definido pelo poder aquisitivo. Durante o período colonial, os jesuítas fizeram grande

esforço para facilitar o acesso à palavra escrita. Na verdade, foram esforços isolados, pois a educação e a cultura não eram prioridades dos segmentos dominantes do poder.

O acesso à informação, no Brasil, desde o período Colonial, esteve ligado aos fatores socioeconômicos e refletia as desigualdades sociais da época. O acesso à leitura e à educação era restrito a uma pequena parte da população, principalmente às classes altas e aos filhos dos colonizadores. A maioria da população, composta por indígenas e escravizados, tinha acesso limitado ao conhecimento escrito. Além disso, o controle sobre o que podia ser lido era comum, o Estado e a Igreja mantinham o poder, exercendo a censura sobre a literatura e a produção intelectual. Apesar da censura imposta em determinados períodos da história, o tráfico e o contrabando de livros para o Brasil ocorriam de forma frequente e tiveram papel fundamental na circulação de ideias e conhecimentos.

Conforme o Ministério da Cultura (2024) a origem da Biblioteca Nacional, fundada em 28 de outubro de 1810, remonta à biblioteca que D. José, Rei de Portugal, mandou organizar em substituição à Real Biblioteca destruída pelo incêndio de 12 de novembro de 1755, durante o terremoto de Lisboa. Segundo Suaiden (2000), a Biblioteca Nacional passou a oferecer cursos para a formação de bibliotecários em 1912. No entanto, esse modelo de formação era baseado em referências estrangeiras e refletia uma realidade distinta da vivenciada pela população brasileira. Nesse contexto, as bibliotecas que surgiam no país buscavam adotar padrões de serviços bibliotecários inspirados nos modelos utilizados pelas nações mais desenvolvidas da época, muitas vezes sem considerar as necessidades e especificidades da sociedade brasileira.

Suaiden (2000), explica que tanto na República Velha como na Primeira República, o ensino era muito precário e a maioria da população era composta por analfabetos, o que tornava um clima ideal para a disseminação de informação oral, utilitária ou sobre cidadania. Durante a República Velha (1889-1930), o Brasil vivenciou uma série de transformações sociais e políticas que impactaram diretamente a educação e o acesso à leitura.

Como uma nova forma de entender e representar o Brasil, Suaiden (2000) descreve que aflorou uma preocupação com a cultura nacionalista, e em 1922, na Semana de Arte Moderna, os intelectuais passaram a criticar o modelo importado e a buscar uma cultura mais compatível com a realidade brasileira. A Semana de Arte

Moderna, que aconteceu em 1922 em São Paulo, os intelectuais passaram a criticar o modelo importado e a buscar uma cultura mais compatível com a realidade brasileira.

Na Era Vargas (1930-1945) houve grandes transformações sociais e políticas, a política do governo se centralizou na cultura e na educação. De acordo com o Ministério da Cultura (2024), ao longo do século XX, a Biblioteca Nacional consolidou-se como uma das principais instituições representativas da cultura brasileira. O Instituto Nacional do Livro (INL) foi estabelecido dentro da instituição, com toda a plêiade intelectual que o circundava. Suaiden (2000) diz que em 1937, o Governo Vargas criou o Instituto Nacional do Livro, com a finalidade de propiciar meios para a produção, o aprimoramento do livro e a melhoria dos serviços bibliotecários. Ribascik (2022, p. 51) complementa que: “para a circulação de livros, de forma que um número maior de pessoas pudesse acessá-los e não fizessem mau uso, era uma preocupação do Estado e para resolver este problema, foi criado o Instituto Nacional do Livro.”

É importante destacar, que de acordo com o portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é o programa mais antigo do país na distribuição de livro didáticos e foi criado juntamente com o (INL) mas, iniciou-se, com outra denominação, durante o governo de Getúlio Vargas, que em 1937 era denominado “Programa do Livro Escolar”, sendo a primeira iniciativa para a distribuição de livros didáticos nas escolas públicas do país. (Brasil, 2023)

Assim, após a criação do Instituto Nacional do Livro, surgiram críticas sobre a sua viabilidade. Ribascik (2022) fala que o livro era visto como um grande risco editorial, pois existia grande dificuldade no incentivo ao desenvolvimento da indústria editorial e não havia dados e diagnósticos para apontar a situação catastrófica da indústria editorial e dos serviços bibliotecários. Ribascik (2022, p.51) nos diz que:

A apresentação dos motivos para a criação do INL já demonstra as (in)coerências existentes no projeto. Já de início, foi possível percebermos que a primeira função do Estado seria a de incentivar a produção dos livros pelo seu caráter revolucionário. Mas logo depois, já se destaca que o Estado deveria estar vigilante, atento para que o livro não se tornasse um instrumento do mal. Pelos motivos expostos, o controle dos livros seria uma tarefa essencial para os governantes. Dessa forma, na sua origem o INL já apresentava sua faceta como um órgão de controle ligado ao Estado.

É notório que a proposta presente do INL refletia uma dualidade nas intenções do Estado em relação à produção e circulação de livros. Se por um lado o incentivo de livros era vista como um elo para o desenvolvimento social e cultural, por outro gerava tensão, assumindo como um agente de controle, levantando assim, questões sobre a liberdade de expressão, o INL já carregava em sua essência essa contradição, refletindo as tensões entre promoção cultural e censura.

Sobre a criação do INL Suaiden (2000, p.53) discorre que:

Historicamente, a criação do Instituto Nacional do Livro deve-se a dois fatos. O primeiro era uma resposta do governo federal aos intelectuais que haviam participado da Semana de Arte Moderna e que criticavam muito a administração pela falta de uma política cultural. O segundo fator era que havia necessidade de dar especial atenção à nova classe dos operários, pois basicamente a mão-de-obra não era qualificada e o analfabetismo atingia altas proporções nesse segmento.

Conforme o autor, o INL, ao se propor a incentivar a produção e a distribuição de livros tinha intenções claras, apesar de contraditórias ao analisarmos as tensões entre a censura e a promoção da cultura, essas intenções de baseavam em contribuir para a educação em prol do progresso financeiro do país e também em detrimento das críticas dos participantes da Semana de Arte Moderna.

Devido aos julgamentos, o INL foi perdendo sua força, Suaiden (2000) comenta que foi travado um duelo entre as preferências editoriais, e alguns desses editores passaram a ter como primordial a linha editorial do livro didático, pois havia facilidade no governo e público interessado, praticamente, a linha editorial se desenhou em áreas que tinham um público específico e definido. Nessa mesma linha (Ribascik (2022) comenta que os livros didáticos eram o carro chefe das editoras, devido ao aumento das escolas, esse negócio foi tão lucrativo, que grandes grupos editoriais brasileiros se especializaram na produção de livros didáticos.

O custo do livro e a falta de bibliotecas públicas adiavam as oportunidades de leitura a grande maioria da população. Suaiden (2000, p.55) declara que: “os recursos humanos existentes nas bibliotecas públicas atendiam aos estudantes, e os recursos financeiros existentes eram aplicados no livro didático e na compra de dicionários e enciclopédias.”

Portanto como vimos, de pública a biblioteca só tinha o nome, já que a prioridade por força das circunstâncias, era aplicada no processo educativo, os desafios de censura e desigualdade mostraram que a plena democratização do acesso à cultura ainda era uma meta a ser alcançada.

Bragança (2009) acrescenta que outra área do mercado do livro em que o papel do estado é fundamental, em todos os aspectos, é a do livro escolar. Nela o governo autoritário do Estado Novo (fase do governo de Getúlio Vargas, que durou de 1937 a 1945) teve forte presença. Poucos meses depois do surgimento do INL, foi criado, através do decreto-lei nº 526, de 1º de julho de 1938 (DOU, 1938: 13385), o Conselho Nacional de Cultura, com a função de coordenar todas as atividades concernentes ao desenvolvimento cultural, realizadas pelo Ministério da Educação e Saúde.

Em 1938, conforme Brasil (1938) o governo estabeleceu condições de produção, importação e utilização do livro didático, sendo obrigatório e gratuito o ensino primário, impondo também que a educação fosse realizada com a utilização de livros didáticos. Com o Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938, foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático – CNLD, um grupo de trabalho formado por 7 membros nomeados pela presidência da República, especialistas em ciências, línguas e disciplinas técnicas. Essa comissão tinha como principal objetivo a organização e supervisão da produção e distribuição de livros didáticos para as escolas públicas brasileiras, e foi uma das primeiras iniciativas governamentais de grande escala voltadas para a educação nacional nesse sentido.

Fica evidente diante das colocações que a debilidade o Instituto Nacional do Livro e as dificuldades enfrentadas na promoção da leitura no Brasil estão diretamente ligadas aos fatores políticos, sociais e institucionais. Não se pode negar que toda iniciativa, apesar das dificuldades impostas, ajuda a moldar as políticas públicas de leitura conseguintes.

Conforme Bragança (2009) vários livros foram destinados a ajudar a estruturar as bibliotecas públicas no Brasil, além do incentivo para a criação de cursos de Biblioteconomia em algumas capitais brasileiras. Complementando, Ribascik (2022) esclarece que este plano encontrou obstáculos na escassez de recursos, especialmente para as cidades menores distantes das capitais, na ausência de pessoal capacitado para

implementá-lo, além do desinteresse governamental, dado o elevado índice de analfabetos no Brasil naquele período.

Ribascik (2022, p.54) ratifica que: “o período de maior atuação no Instituto Nacional do Livro, ocorreu entre os anos de 1960-1970, nesse período foram editadas obras de clássicos da literatura brasileira, além de livros técnicos e livros didáticos para os estudantes das escolas brasileiras.” Corrêa e Doro (2024) corrobora, foi a partir da década de 1960 que se iniciou o processo de distribuição de livros didáticos para todos os alunos das escolas públicas do Brasil, quando instituiu a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) pelo Decreto nº 59.355 de 4 de outubro de 1966, passando a gerir e a aplicar recursos destinados ao financiamento e desenvolvimento de programas e projetos relacionados ao livro escolar e livro técnico.

Nesse contexto, observa-se um esforço significativo por parte do Estado para promover a leitura e a educação por meio da produção e distribuição de livros. Porém, durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), Ribascik (2022) cita que o cenário cultural foi marcado por repressão e censura, mas houve também por uma rica resistência que se manifestou na literatura e na arte, os escritores e artistas encontraram formas de contestar o regime, muitos autores usaram a literatura para abordar temas como a opressão, as injustiças sociais e a luta pela liberdade, o uso de metáforas e simbolismo permitiram que eles camuflassem suas críticas.

Ao usar essas técnicas, eles podiam expressar suas críticas de forma velada, permitindo que suas mensagens chegassem ao público, mesmo sob o olhar atento da censura. Ribascik (2022, p.41) nos traz a afirmação:

Os livros sempre foram uma preocupação para os governantes, sobretudo quando as ideias constantes em suas páginas poderiam colocar o sistema vigente em dúvida. Por esse motivo, sempre foi preciso controlar o que era escrito e publicado para evitar a difusão de novas ideias e somente deixar circular os livros e outros escritos permitidos pelo governo como sendo os oficiais. Para auxiliar nesse trabalho de controle, os governos de vários países, de diferentes orientações políticas passaram a conceder, de forma oficial, o poder de vetar ou permitir a publicação de uma obra para os censores, agentes designados pelo Estado para realizarem a censura oficial.

Os livros eram vistos como ameaças à ordem estabelecida pelos governos totalitários, o objetivo era restringir a disseminação de ideias que pudessem instigar mudanças sociais, políticas ou culturais. A censura tem profundas implicações para a liberdade de expressão e o direito à informação.

Durante a ditadura (1964-1985) as massas foram manipuladas com propagandas mentirosas em tom ufanista, segundo Ribascik (2022), as mídias e o Governo vendiam uma imagem de que o Brasil se tornaria uma potência econômica. As perseguições eram intensas, pessoas com opiniões divergentes eram reprimidas e afastadas da sociedade. A censura imposta aos livros também afetou toda a cadeia produtiva envolvida com a sua produção. Dessa forma, as editoras e editores sofreram com atos e ações da censura de várias formas durante a ditadura civil-militar, os editores não apenas sofriam censura, mas eram alvo de inquéritos policiais, prisões arbitrárias e exílio.

Diante de tais colocações, é evidente mencionar que durante a ditadura foi tão intensa a repressão à liberdade de expressão, que não se restringiu somente ao que podia ser publicado, mas também controlava o que poderia ser apresentado ao público. A literatura e a arte tornaram-se meios de expressão subversiva.

Depois do ápice de suas atribuições nos anos 70 houve uma diminuição gradativa das funções do Instituto Nacional do Livro. Em 1971, o (INL) passa a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), assumindo as atribuições administrativas e de gerenciamento dos recursos financeiros. Com a edição do Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, o PLIDEF dá lugar ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Brasil (2021)

Segundo o Portal Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o PNLD trouxe diversas modificações, como a indicação do livro didático pelos professores, a reutilização do livro, a extensão de oferta aos alunos de 1ª e 2ª séries e o fim da participação financeira dos estados. Brasil (2023)

Ribascik (2022) comenta que em meados dos anos de 1980 o INL gradualmente havia se fundido à Biblioteca Nacional. Dessa forma, o INL estava perdendo o seu prestígio e pompa desde que havia sido criado ainda nos anos de 1930. Galucio (2011) complementa que o INL foi extinto em 1990, com a redemocratização do Brasil, em um contexto de mudanças políticas e da necessidade de novas abordagens para a promoção da leitura e da literatura no país.

Contudo, a partir do que foi explanado aqui, é notório evidenciar que o (INL) teve grandes contribuições para a promoção da leitura no Brasil, que juntamente com o (PNLD), antigo “Programa do Livro Escolar”, trouxe novas perspectivas para a promoção do ensino no Brasil. Mesmo diante das dificuldades, o Instituto apoiou a produção e a distribuição de livros, atuando em políticas voltadas para a educação e a cultura. O instituto colaborou com bibliotecas públicas e escolares, promovendo a formação de acervos. As políticas públicas que são implementadas têm papel fundamental nesse processo de incentivo à leitura.

É válido acrescentar que os projetos de promoção e acesso à leitura vêm sendo implementados pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura), desde sua criação em 1930. De acordo com Paiva (2014), a formação de leitores passou a integrar as políticas públicas brasileiras apenas na década de 1980 e, mesmo assim, sem ocupar uma posição prioritária, sendo frequentemente prejudicada pela descontinuidade das ações governamentais. Nesse contexto, destacaram-se iniciativas como o Programa Nacional Sala de Leitura (PNSL), o Proler, o Pró-Leitura na Formação do Professor e o Programa Nacional Biblioteca do Professor. Posteriormente, em 1997, foi criado o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que se consolidou como uma importante política de incentivo à leitura.

Sobre o Programa Nacional Sala de Leitura – PNSL (1984-1987), Custódio (2000) diz que ele se desenvolveu compondo, enviando acervos e repassando recursos para a ambientação das Salas de Leitura. Esse trabalho era executado em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação e com as Universidades, essas últimas ocupando-se da capacitação dos professores. Embora o PNSL tenha sido um programa de curta duração, suas iniciativas ajudaram a consolidar a importância da leitura nas escolas e estabeleceram bases para futuros programas de incentivo à leitura no Brasil.

A Fundação Nacional Pró-leitura (PRÓ-LEITURA) instituída em 5 de novembro de 1987, por meio da Lei nº 7.624, o art. 2º dessa Lei descreve a finalidade da PRÓ-LEITURA:

I – promover o desenvolvimento da produção e da difusão do livro; II – estimular a publicação de obras de interesse cultural, a criação literária e a instituição de bibliotecas; III – difundir e estimular o hábito da leitura; IV – manter e incentivar cursos de biblioteconomia, de técnicas de encadernações e proteção de livros e demais tecnologias de reprodução e arquivamento de sons e imagens; V – receber o Depósito Legal, disciplinado pelo

Decreto Legislativo nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907; VI – promover a captação, a preservação e a difusão da produção bibliográfica e documental nacional em suas diversas formas. (Brasil, 1987, p. 1).

As políticas públicas de incentivo à leitura são apoio fundamental no processo de promoção à leitura e sua manutenção e inovação deve ser prioridade. Após a extinção do projeto PRÓ-LEITURA, em 12 de abril de 1990, suas receitas e dotações orçamentárias foram transferidas para a Biblioteca Nacional, com regime jurídico de Fundação, segundo mesmo diploma legal. Essa decisão provavelmente foi tomada como parte de uma reestruturação ou reorganização das políticas culturais e de leitura do governo. É importante observar que programas governamentais são suscetíveis a alterações de acordo com as prioridades e políticas de cada administração. (Brasil, 1992)

O Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), vinculado à Fundação Biblioteca Nacional (FBN), que tem como intuito formar mediadores de leitura e associar práticas de leitura que despertem o interesse de ler nos cidadãos, bem como promover ações, valorizar e estimular a criação de bibliotecas públicas. (Brasil, 1992)

Concomitante ao PRÓ-LEITURA e ao PROLER existia ainda o Programa Nacional Biblioteca do Professor. Barros e Silva (2020) comentam que o Programa Nacional Biblioteca do Professor, criado em 1994, tinha como objetivo principal dar suporte para a formação de professores das séries iniciais do ensino fundamental. O programa tinha duas linhas de ação: a primeira era a aquisição e distribuição de acervos bibliográficos, e a segunda era a produção e difusão de materiais destinados à capacitação do trabalho docente. O programa foi extinto com a implementação do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), pela Portaria 532 de 16 de setembro de 1997.

O (PNBE), desenvolvido desde 1997, teve o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. Barros e Silva (2020), dizem que o Programa Nacional Biblioteca da Escola passou por várias mudanças a fim de se adequar às necessidades educacionais de cada período, de modo a avançar no objetivo maior do programa, que era a democratização do acesso à cultura e incentivo na formação de leitores, alunos e professores, por meio da distribuição de acervos às escolas públicas de todo o Brasil.

Conforme Corrêa e Doro (2024), desde o início do século XXI houve um crescimento significativo das políticas e programas de incentivo à leitura no Brasil, impulsionado tanto por iniciativas governamentais quanto por movimentos sociais. Esse avanço ocorreu principalmente a partir dos anos 2000, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, período em que a democratização do acesso ao livro e à leitura passou a ser compreendida como uma estratégia importante de inclusão social, formação cidadã e redução das desigualdades educacionais. Em 2003, O PNBE incluiu quatro ações: a Biblioteca Escolar, Casa da Leitura, Biblioteca do Professor e Palavra da Gente. A partir do ano 2000, a preocupação com políticas e programas de incentivo à leitura, tanto por parte do governo quanto por parte da sociedade, teve um crescimento notável.

Em 2004, foi criado pelo Governo Federal o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM). O objetivo do PNLEM era universalizar o acesso a livros didáticos para os alunos do ensino médio das escolas públicas brasileiras. E em 2009, a resolução do Conselho Deliberativo do FNDE nº. 51, de 16 de setembro de 2009, regulamentou o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA). (Brasil, 2023)

Ambos os programas mencionados, o PNLEM e o PNLD EJA, refletiram o compromisso do governo brasileiro com a democratização do acesso à educação. Esses programas são essenciais para a educação pública, pois permitem que os livros didáticos cheguem a uma grande diversidade de alunos, em diferentes contextos socioeconômicos e regionais

Segundo o Portal do Ministério do Turismo do Governo Federal, durante os anos de 2004 a 2006, foram realizados em todo país encontros com representantes de todas as cadeias produtivas do livro, além de educadores, bibliotecários, universidades, especialistas em livro e leitura, organizações da sociedade, empresas públicas e privadas, governos estaduais, prefeituras e interessados em geral, e assim, foi instituído por meio da Portaria Interministerial nº 1.442, de 10 de agosto de 2006, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). (Brasil, 2022)

Corrêa e Doro (2024) salientam que o Plano Nacional do Livro e Leitura contou com ampla participação da sociedade civil na elaboração de suas diretrizes e metas, consolidando em uma política pública em âmbito local em articulação com as políticas públicas nacionais e estaduais. Essa característica está relacionada ao contexto político

do início dos anos 2000, marcado pela valorização dos mecanismos de participação social na formulação das políticas públicas. Diferentemente de períodos anteriores, em que as decisões eram predominantemente centralizadas nos órgãos governamentais, buscou-se ampliar o diálogo com movimentos sociais, organizações da sociedade civil, profissionais da educação, bibliotecários, escritores e demais agentes envolvidos com o livro e a leitura. Essa perspectiva permitiu que as políticas fossem construídas de forma mais democrática e alinhada às demandas e necessidades identificadas pela própria sociedade.

Podemos concluir então, que o PNLL é um importante marco para a organização de ações que envolvem governos e a sociedade civil na construção de um Brasil mais leitor, com oportunidades para o acesso à cultura escrita. Tendo o (PNBE) um papel central por muito tempo, sendo responsável por levar livros às escolas de todo o país.

O PNBE foi por muitos anos o principal programa de promoção à leitura, em 2017 foi extinto, por meio do Decreto nº 9.099 Brasil (2017). Segundo Cordeiro (2018) quando se discute a principal política brasileira de fomento à leitura em vigência no Brasil, o PNBE, confere-se sua importância justamente por atender escolas de todo o país e por ser um programa de Estado que tem continuidade independente das mudanças de governo

O PNBE foi uma iniciativa governamental brasileira voltada para o fortalecimento das bibliotecas escolares no país, o PNBE apesar de perder seu espaço, teve grande contribuição e sua proposta inicial permanece relevante para as discussões sobre o papel das bibliotecas escolares na formação de leitores no Brasil.

Corrêa e Doro (2024) complementam que com a dissolução do PNBE, passa a vigorar o PNLD, com intuito de coordenar a política de seleção, compra e distribuição de obras literárias, além dos livros didáticos como já vinha fazendo, tendo a sua nomenclatura modificada para Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

Conforme Camillo e Castro Filho (2019) em 2018, pela Lei nº 13.696 de 2018 foi instituída a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) que é uma política pública de Estado entendida como uma estratégia para promover o livro, a leitura, a literatura, a escrita e as bibliotecas no Brasil. Ressalta-se que uma política pública de Estado diverge de uma de governo, na medida em que a primeira não está vinculada a uma proposta de governo ou de um partido político específico.

Sendo assim, a PNLE busca garantir que o incentivo a leitura e a escrita se torne uma prioridade, enfatizando a promoção de uma sociedade mais letrada, com foco no acesso e na valorização da cultura e do livro no país. Assim, a PNLE não pode ser alterada conforme mudanças de gestão política.

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2024) atualmente, não há PNLE em vigência no Brasil. O próximo plano decenal vai vigorar entre 2026 e 2034, que será constituído a partir de discussões e escutas qualificadas da sociedade civil em todo o país. Durante a abertura da 27ª edição da Bienal Internacional do Livro de São Paulo em 2024, o presidente Luiz Inácio da Silva, assinou o decreto que regulamenta a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) e afirmou que um dos objetivos de seu governo é fazer do Brasil um país de leitores e leitoras.

Em 2024, o PNLE segue sendo uma diretriz importante para as políticas de leitura no Brasil, promovendo a leitura e o acesso a livros em diversas esferas, especialmente nas escolas e comunidades. Quatro eixos orientam a organização do plano: democratização do acesso, fomento à leitura e à formação de mediadores, valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico e desenvolvimento da economia do livro. Brasil (2024)

O Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), foi instituído por meio da Lei nº 14.837/2024, essa nova Lei altera a Lei anterior, que trata da universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país – e modifica a definição de “biblioteca escolar” para consolidar a criação do SNBE. Esse novo sistema tem entre suas funções básicas, a de definir a obrigatoriedade de um acervo mínimo de livros e de materiais de ensino nas bibliotecas escolares, a distribuição é realizada pelo Ministério da Educação (MEC) por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Brasil (2024)

Vale destacar que a SNBE tem também a atribuição de implementar uma política de acervo para as bibliotecas escolares, com ações de ampliação, de guarda, de preservação, de organização e funcionamento, visando um melhor funcionamento para atuarem como centros de ação cultural e educacional permanentes. O novo sistema visa também integrar todas as bibliotecas escolares do país na rede mundial de computadores e manter atualizado o cadastramento, além de atividades de treinamento e qualificação, tem o intuito também de tornar esse ambiente inclusivo, levando-se em conta a acessibilidade. Tem a preocupação também de que os profissionais vinculados às

bibliotecas atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura nas escolas. Brasil (2024)

Sobre o SNBE pode-se destacar que é de grande valia para a promoção e melhoria das bibliotecas escolares, o foco em treinamento e qualificação dos profissionais é crucial para que de fato esse sistema possa funcionar, quanto a acessibilidade é necessária, assim como em todos os ambientes públicos, é uma forma de garantir de fato a inclusão. Destaca-se também quanto a modernização do acesso à informação, que é necessário acompanhar todo desenvolvimento tecnológico que vem ocorrendo.

O MEC também está lançando um portal para edições digitais dos livros do Programa Nacional do Livro e do Material Didático, o PNLD Digital, conforme informações disponíveis Brasil (2024). Esse acervo estará disponível aos professores dos anos iniciais do ensino fundamental, é assegurado também para os demais segmentos da educação básica, bem como a entrega de exemplares impressos.

Em um momento tecnológico que estamos inseridos é fundamental que as políticas públicas de incentivo e a apoio a leitura se expanda, conseguindo adentrar no mundo tecnológico, acompanhando a evolução. O cenário digital transformou a maneira como as pessoas acessam e consomem informação, e, por isso, é essencial que as políticas públicas se adaptem para promover a leitura não apenas de livros físicos, mas também em plataformas digitais.

Conforme destaca Rosa (2006), apesar da convivência com os meios eletrônicos de acesso à informação e armazenamento, o livro ainda era nesse período o principal meio de conhecimento da sociedade e tinha nas bibliotecas o local com maior acervo da memória de um povo. Assim, é necessário a preservação e o incentivo às políticas públicas de leitura, pois os livros desempenham um papel fundamental na cultura, e as bibliotecas oferecem um espaço para pesquisa, reflexão e aprendizado.

Em se tratando do período de grandes transformações tecnológicas em que estamos vivenciando, Rosa (2006) reitera que não é tarefa fácil transformar o Brasil em um país de leitores, pois os novos suportes informacionais direcionam as políticas não apenas para as práticas leitoras e para a alfabetização cidadã, mas sobretudo, para o domínio das novas tecnologias, que muitas vezes são apenas instrumentalização de habilidades primárias, para inclusão dos cidadãos na sociedade.

A importância das novas tecnologias é notória, mas muitas vezes não garantem um aprofundamento nas práticas leitoras, mas sim um foco em habilidades básicas. Resultando em uma inclusão aparente, não tendo profundidade que a leitura pode nos proporcionar. Essas questões nos fazem pensar em como as políticas públicas podem equilibrar a promoção da leitura juntamente com o domínio das tecnologias. A importância de formarmos leitores críticos, que saibam dominar tanto o mundo digital quanto o impresso, é um ponto crucial para uma sociedade informada e ativa.

Falaremos a seguir sobre a leitura literária, que, em seu contexto, representa uma dimensão específica e singular do ato de ler. Enquanto a leitura, em sentido amplo, possibilita o acesso a diferentes tipos de conhecimento, informações e discursos sociais, a leitura literária é rica por promover experiências estéticas, simbólicas e subjetivas. Assim, compreender a leitura literária em diálogo com a leitura de modo geral é essencial para reconhecer seu papel formativo e sua relevância no processo educacional e cultural.

4 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DO ENSINO LITERÁRIO NO BRASIL

Em seus estudos Cabral (2008) diz que no que se refere ao conhecimento adquirido por meio da leitura de textos literários, os estudos formais de literatura no Brasil tiveram início com os jesuítas, no século XVI, cujo enfoque humanista restringia o ensino a conteúdos de retórica e a imitação dos clássicos gregos e latinos. O objetivo principal desse ensino era o domínio da linguagem, de modo a reproduzir o discurso utilizado pelas elites dominantes. Portolomeos e Nepomuceno (2022) complementam que a leitura literária era utilizada principalmente como instrumento para o aprendizado da norma padrão da língua portuguesa.

Verifica-se então, que segundo as autoras a prática literária não era voltada ao desenvolvimento do pensamento crítico, da sensibilidade ou do prazer estético. Esse dado histórico mostra que, nos primórdios do ensino literário, a função da leitura literária estava mais relacionada à formação religiosa e social, do que à formação cultural ampla dos indivíduos. Contudo, não se pode falar em oposição entre formação religiosa e formação humanística, pois a literatura atuava como instrumento de aculturação, integrando valores religiosos e sociais ao processo educativo.

Cabral (2008) reforça que após a expulsão da Companhia de Jesus em 1759, a responsabilidade pelo ensino passou a ser assumida pelo Estado. A partir desse momento, os estudos literários passaram a refletir os interesses estatais, que adotaram métodos mais objetivos para o ensino da literatura, como a valorização do português brasileiro por meio da leitura de autores nacionais. Contudo, essa mudança do ensino religioso para o laico não significou o reconhecimento da leitura literária em sua dimensão própria, uma vez que ela ainda não era entendida como experiência estética nem como prática voltada ao desenvolvimento da sensibilidade e da subjetividade do leitor.

Se vê que embora o Estado tenha buscado objetivos mais práticos, como o fortalecimento do português brasileiro por meio de autores nacionais, a leitura literária permaneceu sem reconhecimento em sua especificidade estética. Isso revela que, mesmo no ensino laico, a literatura continuava a ser tratada de forma utilitária, sem considerar seu potencial. Portolomeos e Nepomuceno (2022) assinalam que isso evidencia que, mesmo com a passagem do ensino religioso para o ensino laico, a leitura literária ainda não era reconhecida em sua particularidade como prática capaz de proporcionar prazer estético e estimular a subjetividade do leitor.

Cabral (2008) fala que o ensino de Literatura no Brasil esteve, historicamente, vinculado às escolas secundárias (como colégios, liceus, ginásios e ateneus), sobretudo no século XIX, onde sua principal função era preparar as elites para o ingresso no ensino superior, já que não havia exigência formal de conclusão do nível secundário como pré-requisito para cursar as universidades de Direito e Medicina da época. Para isso, bastava a aprovação nos chamados exames preparatórios e nesse cenário, o Colégio Pedro II destacou-se como referência, consolidando-se como modelo hegemônico de ensino em todo o país.

Isso evidencia o caráter elitista e seletivo do ensino de Literatura no Brasil no século XIX. O ensino literário cumpria uma função instrumental, que era preparar os estudantes para o ingresso no ensino superior, sobretudo em cursos de prestígio, reforçando essa visão hegemônica, que contribuiu para a manutenção das desigualdades educacionais e culturais no Brasil. Cabe salientar que existe sim uma dimensão ideológica, que submete a literatura em uma visão instrumentalizada.

Conforme Cabral (2008), somente a partir das últimas décadas do século XVIII o termo Literatura passou a incorporar a noção de criação estética, sendo compreendido

como categoria intelectual e forma particular de conhecimento. Ainda assim, seu significado não se limita a esse aspecto, o que evidencia a dificuldade em atribuir à Literatura um conceito único e definitivo.

Nesse trecho Cabral (2008) ressalta a complexidade de se definir a Literatura, mostrando como a concepção é histórica e culturalmente construída, não sendo algo fixo ou universal, justamente por isso, amplia seu valor no campo educacional, permitindo que seja trabalhada em diferentes perspectivas, tanto formativas quanto estéticas e críticas.

Em se tratando do livro didático, conforme mencionado na sessão anterior, Cabral (2008), diz que o livro didático se tornou um aliado importante do Estado na implementação das orientações curriculares, servindo muitas vezes como reforço do ensino. Frequentemente, esses livros eram os únicos veículos de acesso à literatura para os alunos. Durante o Estado Novo, o livro didático funcionou como um instrumento eficaz de controle ideológico estatal. Já em períodos mais democráticos, a escolha dos livros passou a ser realizada pelos professores, prática que permanece vigente até os dias atuais.

O livro didático é um material de apoio aos docentes, mas que muitas vezes se torna um dilema, por ser composto por orientações e sugestões próprias, delimita, de certo modo, como serão conduzidas as aulas. É importante considerar que o livro didático é um suporte, e que é necessário incorporar atividades práticas, discussões em grupo e projetos, para que aulas se tornem mais envolventes e enriquecedoras. É considerável que o livro didático é uma ferramenta que apoia, mas não deve limitar o processo educativo.

Conforme Ruggeri (2024, p.04) em se tratando de política pública de formação de leitores:

O Decreto n. 9099/2017 aglutina a distribuição de livros literários nas escolas brasileiras ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Essa mudança ocorreu em função da Emenda Constitucional 95/2016, que apresenta uma nova regência fiscal que congela por vinte anos os investimentos em educação. O programa governamental para aquisição do acervo de 2018 do PNLD literário, o primeiro a ser adquirido pelo governo federal no novo formato, disponibiliza obras literárias para os seguintes segmentos: Educação infantil (creche e pré-escola), anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ano ao 3º ano /4º ano e 5º ano) e Ensino Médio (1º ano ao 3º ano).

É bom destacar que o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), foi instituído em 1985 e foi ampliado ao longo dos anos. O (PNLD) compreende um conjunto de ações voltadas para a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, destinados aos alunos e professores das escolas públicas de educação básica do país.

As escolas participantes do PNLD recebem materiais de forma sistemática, regular e gratuita. É um Programa abrangente, constituindo-se em um dos principais instrumentos de apoio ao processo de ensino-aprendizagem nas escolas beneficiadas. Atualmente o Programa Nacional do Livro Didático, hoje, denominado Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), trata-se de uma das mais longevas políticas públicas educacionais do governo brasileiro. Brasil (2024).

O PNLD literário é resultante da junção de dois grandes programas do Governo Federal: o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Uma das propostas do PNLD literário é integrar a literatura ao currículo escolar, incentivando discussões e atividades que promovam o engajamento dos alunos com os textos literários. (Brasil, 2024).

Essa ampliação ao acesso à literatura nas escolas, é fundamental para a formação integral dos alunos, necessária para fomentar o hábito de leitura desde cedo, fortalecendo o papel da literatura no contexto educacional, reconhecendo assim, sua notoriedade quanto ao desenvolvimento humano e social.

Conforme estudos de Santos (2024) sobre o PNLD Literário, a seleção de obras que farão parte desse programa é rigorosa, e está sob o comando de comissões técnicas do Ministério da Educação, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Secretaria da Educação Básica, Secretaria de Modalidades Especializadas da Educação, e envolve a participação de editoras, professores especialistas em literatura e linguística e educação e equipes pedagógicas. Destaca-se também que em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a seleção das obras é regida por edital específico, em adequação ao público-alvo, características das obras, relevância pedagógica e cultural.

Embora o PNLD Literário tenha passado por reformulações e mudanças em sua estrutura ao longo dos anos, apontam-se desafios relacionados à continuidade e à consolidação de suas ações. Nesse sentido Ruggeri (2024, p.9):

A falta de continuidade em políticas como o PNLD literário, os ajustes nos orçamentos prioritários como da educação e, essencialmente, a formação adequada dos professores da educação básica são alguns dos fatores que impactam a instrução adequada no que se refere ao ensino da leitura no país. É relevante que o governo brasileiro é um dos maiores compradores de livros didáticos do mundo, mas não dá a mesma importância aos livros literários. É preciso lembrar ainda que a mera distribuição de livros não forma leitores. A democratização do acesso a livros é apenas uma das muitas ações a serem concretizadas.

Embora tenha grande alcance no fornecimento de livros didáticos, o PNLD não oferece a mesma prioridade aos livros literários. Contrariando a perspectiva de formação de leitores, o fornecimento de livros é um passo importante, mas não o suficiente, considerando a construção de uma cultura de leitura sólida e engajada entre os estudantes. Ao destacar o contraste entre o investimento massivo em livros didáticos e a pouca valorização da literatura, evidencia-se uma contradição histórica, que o ensino da literatura é tratado mais como instrução técnica do que como formação estética, crítica e cultural, então, distribuir livros não garante, por si só, a formação de leitores.

Conforme Jesus e Blotta (2023) a ausência de políticas públicas de leituras fortes e estruturadas, aprofunda a ruptura do crescimento da ênfase leitora no país. Reconhecer apenas a relevância da leitura, não torna o país de fato, inserido no contexto literário, é necessário compromisso com a sociedade e os agentes do livro, na promoção da educação e da cultura ampla, diversa, plural e ativa.

O compromisso com a sociedade, os agentes do livro e os leitores é fundamental para o fortalecimento das políticas. A leitura deve ser reconhecida como prioridade, em consonância com as demandas da população, todas as camadas sociais devem se beneficiar de uma oferta literária acessível e constante. A crítica dos autores Jesus e Blotta (2023) recai sobre a fragilidade das políticas públicas voltadas ao livro, a leitura e a literatura, que, quando não são consistentes e estruturadas, acabam por interromper os avanços alcançados e impedir a formação de um público leitor sólido.

Portolomeos e Nepomuceno (2022) falam que em pleno século XXI, a consolidação do ensino de literatura nas escolas ainda não se completou e um exemplo disso são as limitações presentes na Base Nacional Comum Curricular, homologada em 2017, especialmente no que se refere às diretrizes para o ensino da literatura.

É evidente que apesar dos avanços educacionais, o ensino de literatura no Brasil ainda enfrenta desafios estruturais. A referência à BNCC (2017) feita por Portolomeos e Nepomuceno (2022) apontam que, embora exista um documento normativo que oriente o currículo, as diretrizes específicas para a literatura não são suficientemente robustas para garantir uma formação leitora consistente. Isso sugere que a presença da literatura no ensino básico ainda carece de políticas claras e aprofundadas, capazes de articular objetivos estéticos, críticos e formativos, indo além de uma abordagem meramente instrumental ou normativa.

Almeida e Dornelles (2023) defendem que a escola, além de prover o acesso aos livros nas bibliotecas, torna-se responsável pelo incentivo à leitura e o letramento. Destaca também que a evolução da sociedade tem como base uma maior valorização da educação, e para isso, os investimentos e iniciativas governamentais são essenciais nesse processo. Em consoante e em complemento Petit (2013, p. 25) destaca a importância da família nesse processo de formação do leitor: “quando não se teve a sorte de dispor de livros em casa, de ver seus pais lerem, de escutá-los contar histórias, as coisas podem mudar a partir de um encontro. Um encontro pode dar a ideia de que é possível ter outro tipo de relação com os livros”.

As citações ressaltam dois pontos centrais na formação do leitor: o papel da escola e da família. Almeida e Dornelles (2023) enfatizam que a escola não deve se limitar a disponibilizar livros nas bibliotecas, mas assumir uma função ativa no incentivo à leitura e no desenvolvimento do letramento, reconhecendo que a valorização da educação na sociedade depende de políticas e investimentos governamentais consistentes. Petit (2013), por sua vez, complementa a perspectiva ao destacar a importância da família na construção do hábito leitor e contudo, mesmo quando essa base familiar está ausente, a experiência escolar ou encontros significativos com livros podem transformar a trajetória do leitor, mostrando que o acesso e a mediação são elementos decisivos.

Em consoante, ao que foi dito por Petit (2013), Aguiar (2011) nos traz a importância da família na formação do leitor, seja pelo exemplo dos pais, dos irmãos mais velhos e de todos aqueles que convivem com os pequenos. Reitera também a relevância dos professores e bibliotecários na aproximação dos indivíduos com os livros. Aguiar (2011, p. 110) complementa que: “Mas é sobretudo o entusiasmo, o comprometimento

demonstrado por meio da leitura conjunta, do diálogo sobre os assuntos lidos, das trocas de livros, dos relatos de experiências leitoras que mobilizam o novo leitor.”

Essa visão reflete sobre a importância do papel da família, dos educadores e de outros adultos na formação do leitor, especialmente nas primeiras fases da vida de uma criança, a leitura se torna um ato verdadeiramente transformador, capaz de mobilizar a criança para o mundo dos livros e do conhecimento. A leitura, assim, deixa de ser uma simples habilidade técnica e passa a ser uma experiência significativa e prazerosa.

A continuidade e o aprimoramento das políticas públicas de leitura são fundamentais para a criação de um ambiente mais propício ao desenvolvimento do letramento literário. Ao integrar práticas de leitura literária nos currículos escolares e ao garantir o acesso a livros e materiais de qualidade, as políticas públicas de leitura podem formar cidadãos mais críticos e afetivos, conscientes de seu papel na sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise histórica das políticas públicas de leitura no Brasil evidencia que o acesso ao livro e à leitura esteve, ao longo do tempo, profundamente condicionado por fatores políticos, sociais e econômicos. Desde o período colonial, marcado pela restrição do acesso à cultura escrita e pelo controle ideológico exercido pelo Estado e pela Igreja, até as políticas contemporâneas, observa-se um percurso atravessado por avanços significativos, mas também por descontinuidades, contradições e limites estruturais que comprometem a efetiva democratização da leitura no país.

Os programas e instituições analisados, como o Instituto Nacional do Livro, o Programa Nacional do Livro Didático, o Programa Nacional Biblioteca da Escola, o Plano Nacional do Livro e Leitura e a Política Nacional de Leitura e Escrita, desempenharam papel relevante na ampliação do acesso aos livros, especialmente no âmbito escolar. No entanto, a pesquisa demonstra que a centralidade atribuída ao livro didático, em detrimento da literatura, revela uma concepção instrumental da leitura, historicamente associada à formação técnica e normativa, e não à experiência estética, crítica, emocional e formativa proporcionada pela leitura literária.

Nesse sentido, evidencia-se que a simples distribuição de acervos, embora necessária, não é suficiente para a formação de leitores. A ausência de políticas públicas contínuas, articuladas e estruturadas, aliada à fragilidade na formação de mediadores de leitura, à insuficiente valorização dos bibliotecários e ao reduzido número de profissionais qualificados para atuar nas bibliotecas escolares, limita o alcance das ações implementadas. Soma-se a isso a pouca valorização das bibliotecas escolares como espaços culturais vivos e de formação leitora. Ademais, a recorrente descontinuidade das políticas públicas, motivada por mudanças de gestão e prioridades governamentais, compromete a consolidação de uma cultura leitora no país.

Diante dos desafios impostos pelo contexto contemporâneo, marcado pela intensificação das tecnologias digitais e pela ampliação dos suportes de leitura, torna-se imprescindível repensar as políticas públicas de leitura de modo integrado, articulando o acesso aos livros físicos e digitais com práticas pedagógicas significativas e com a valorização da leitura literária no currículo escolar. A formação de leitores críticos, sensíveis e autônomos exige investimento contínuo em políticas de Estado, na formação inicial e continuada de professores e bibliotecários, bem como no fortalecimento das bibliotecas escolares enquanto centros de ação cultural, educativa e social.

Conclui-se, portanto, que o fortalecimento das políticas públicas de leitura no Brasil passa, necessariamente, pelo reconhecimento da leitura literária como direito cultural e elemento central da formação humana. Somente por meio de políticas consistentes, inclusivas e comprometidas com a diversidade cultural e social do país será possível avançar na construção de uma sociedade leitora, crítica e participativa, capaz de compreender a leitura não apenas como instrumento pedagógico, mas como prática de emancipação, reflexão e transformação social.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vera Teixeira de. A formação do leitor. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Pró-Reitoria de Graduação. Caderno de formação: formação de professores: didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. v. 11, p. 104-116.

ALMEIDA, Laura Pereira; DORNELLES, Beatriz Corrêa Pires. O livro e as políticas públicas: passado e presente. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**, v. 10, n. 1, p. 10-18, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14210/rbts.v10n1.p10-18>.

BARROS, S.; SILVA, I. Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: impactos da extinção do PNBE nas políticas de formação de leitores. **Revista Philologus**, v. 26, n. 77, p. 162-180, 2020. Disponível em:

<https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/444>. Acesso em: 18 jun. 2026.

BRAGANÇA, Aníbal. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: o Instituto Nacional do Livro (1937-1967). **Matrizes**, v. 2, n. 2, p. 221-246, 2009. DOI:

<https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v2i2p221-246>.

BRASIL. Decreto n.º 519, de 13 de maio de 1992. Institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 maio 1992. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0519.htm. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. Decreto n.º 9.099, de 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em:

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/legislacao-pnld/decreto-no-9099-de-18-de-julho-de-2017/view>. Acesso em: 18 jul. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Brasília, DF: Presidência da República, 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 out. 2024.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Informe n.º 30/2024 – Equipe do Livro/FNDE. Brasília, DF: FNDE, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/informe30.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Biblioteca na Escola. Brasília, DF: FNDE, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/biblioteca-na-escola/historico>. Acesso em: 27 out. 2024.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Em 18 de abril celebra-se o Dia Nacional do Livro Infantil. Brasília, DF: FNDE, 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/noticias/em-18-de-abril-celebra-se-o-dia-nacional-do-livro-infantil>. Acesso em: 16 abr. 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Histórico PNLD. Brasília, DF: FNDE, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/historico>. Acesso em: 16 nov. 2024.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programas do Livro (PNLD). Brasília, DF: FNDE, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro>. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Cantinho da Leitura. Brasília, DF: FNDE, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/programa-cantinho-da-leitura>. Acesso em: 22 mar. 2025.

BRASIL. Lei n.º 7.624, de 5 de novembro de 1987. Institui a Fundação Nacional Pró-Leitura. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 nov. 1987. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7624-5-novembro-1987-367604-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional: o passado e o futuro. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/noticias/fundacao-biblioteca-nacional-o-passado-e-o-futuro>. Acesso em: 2 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/pnll>. Acesso em: 17 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE Temático. Brasília, DF: MEC, 2024. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/uab/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/18722-programa-nacional-biblioteca-da-escola-pnbe-tematico>. Acesso em: 27 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional Biblioteca da Escola. Brasília, DF: MEC, 2024. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituído Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares. Brasília, DF: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/instituido-sistema-nacional-de-bibliotecas-escolares>. Acesso em: 27 out. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Lula na Bienal do Livro: “um dos nossos objetivos é fazer do Brasil um país de leitores”. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/09/lula-na-bienal-do-livro-201cum-dos-nossos-objetivos-e-fazer-do-brasil-um-pais-de-leitores201d>. Acesso em: 24 nov. 2024.

CABRAL, A. B. **O texto, o contexto e o pretexto**: ensino de literatura após a reforma do ensino médio. 2008. 244 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

CAMILLO, E. da S.; CASTRO FILHO, C. M. de. Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) e ODS 4 da Agenda 2030: quais as convergências? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, p. 340-358, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1337>. Acesso em: 24 nov. 2024.

CORDEIRO, M. B. da S. Políticas públicas de fomento à leitura no Brasil: uma análise (1930-2014). **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1477-1497, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-623675138>.

CORRÊA, Cintia Chung Marques; DORO, Fernanda Gonçalves. Plano Nacional do Livro e do Material Didático: os reflexos de uma política pública na prática escolar. **Revista Literatura em Debate**, v. 19, n. 33, p. 108-131, 2024. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/literaturaemdebate/article/view/4719>. Acesso em: 4 nov. 2024.

CUSTÓDIO, Cinara Dias. **Leitura, formação de leitores e Estado**: concepções e ações ao longo da trajetória do Ministério da Educação (1930-1994). 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. A política editorial do Instituto Nacional do Livro no regime militar. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS CULTURAIS: TEORIA E PRÁXIS, 2., 2011, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

JESUS, Thaís Cristina Afonso de; BLOTTA, Vitor Souza Lima. Bibliodiversidade e políticas públicas nacionais do livro e da leitura: uma breve análise exploratória. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2023, Belo Horizonte. **Anais [...]**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003206407.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2024.

PAIVA, Aparecida (org.). **Glossário Ceale**: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2014. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/politicas-publicas-de-leitura-literaria>. Acesso em: 2 nov. 2024.

PETIT, Michèle. Leitura de obras literárias e construção de si mesmo. In: PETIT, Michèle. **Leituras**: do espaço íntimo ao espaço público. Tradução de Celina Olga de Souza. São Paulo: Editora 34, 2013. p. 91-115.

PORTOLOMEOS, Andréa; NEPOMUCENO, Susana Vieira Rismo. O ensino da leitura literária na escola básica: perspectivas e desafios a partir da BNCC. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 4-20, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v35i1p4-20>.

RIBASCIK, Felipe. **O Instituto Nacional do Livro e os acervos possíveis na ditadura civil-militar (1964-1985): censura ou controle das edições?** 2022. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/252733>. Acesso em: 12 out. 2024.

ROSA, F. G. M. G.; ODDONE, N. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 35, n. 3, p. 183-193, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652006000300017>.

RUGGERI, M. C. C. Professores formadores de leitores na perspectiva do PNLD Literário. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 10, e6021, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/6021>. Acesso em: 4 nov. 2024.

SANTOS, Yara Cláudia Silva. **Estratégias de leitura na educação básica: breves considerações sobre o PNLD Literário.** 2024. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/14585>. Acesso em: 27 out. 2024.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 52-60, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652000000200007>.

ZILBERMAN, Regina. **A leitura no Brasil: sua história e suas instituições.** Campinas: Unicamp, 2018. Disponível em: <https://www2.iel.unicamp.br/webdocs/iel/memoria/projetos/ensaios/ensaio32.html>. Acesso em: 17 nov. 2024.

FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da leitura no Brasil.** Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

NOTAS E CRÉDITOS DO ARTIGO

Reconhecimentos: os autores gostariam de agradecer às empresas, Elsevier e Digital Science por disponibilizar acesso a dados bibliográficos.

Financiamento: não se aplica.

Conflitos de interesse: os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que possa representar um conflito de interesses em relação ao manuscrito.

Aprovação ética: Número do Parecer: 7.259.337 de 29/11/2024.

Manuscrito publicado como preprint: não se aplica.

Contribuições dos autores

Contribuição	Moreira, A. S.	Vieira, M. S. P.
Conceitualização	X	X
Metodologia	X	X
Coleta de dados / investigação	X	
Curadoria de dados	X	X
Análise dos dados	X	X
Discussão dos resultados	X	X
Visualização (gráficos, tabelas e outros)	X	X
Rascunho original	X	
Revisão e edição final	X	X
Supervisão e administração		X

Licença de uso

Os autores cedem à BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI) direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.

Publicador

Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Editorial

- Presidente do Corpo Editorial: Angélica C. D. Miranda - FURG.
- Editor Associado: Nivaldo Calixto Ribeiro - UFLA.
- Assistente Editorial: Marcela Polino dos Santos – FURG

Histórico

Recebido em: 11/03/2026

Aceito em: 10/06/2026

Publicado em: 19/06/2026